

O ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO ESCOLAR NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS

Amanda Gasperazzo Margotto¹, Emiliane Delboni de Freitas¹, Kariny Vago Simon e Silva¹, Lilian Gazzoli Zanotelli², Soo Yang Lee³, Kirilla Cristhine Almeida Dornelas³, Clara Pacheco Santos³, Rodolfo Nicolau Soares³, Lara Pignaton Perim³.

¹Discentes do curso de Psicologia do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

²Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

³Docente do Curso de Medicina do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

RESUMO

O acompanhamento terapêutico escolar na inclusão de crianças autistas tem por escopo a educação inclusiva, partindo de que a educação é a base para a construção social. Este estudo teve como objetivo identificar a importância do acompanhante terapêutico na inclusão de crianças autistas no contexto escolar, destacando a demanda da inclusão desses alunos. A pesquisa incluiu uma revisão abrangente da literatura, abrangendo materiais publicados no período de 2008 a 2023, selecionando esse intervalo de 15 anos devido à expectativa de abranger a maior quantidade de recursos relevantes sobre o tema. Foi realizada uma busca por artigos, livros, dissertações e teses nas bases de dados Google Acadêmico, Portal de periódicos da CAPES e SciELO. Os resultados obtidos demonstram os efeitos positivos do acompanhamento terapêutico na inclusão e no desenvolvimento de crianças com autismo no âmbito escolar, demonstrando como se faz relevante instrumento de integração entre elas, visto que a prática inclusiva ainda enfrenta desafios. Dessa forma, pode ser concluído que se faz necessário um acompanhamento diário da criança atípica nas escolas, de modo que o profissional sirva como mediador entre o indivíduo, o mundo à sua volta e suas interações. Esse apoio oferece benefícios significativos, incluindo melhorias na socialização, desenvolvimento e integração, e deve ser uma prática amplamente adotada para a inclusão bem-sucedida desses indivíduos.

Palavras-Chave: Acompanhamento terapêutico, Crianças autistas, Escola.

INTRODUÇÃO

O estudo a seguir discutiu acerca do trabalho dos acompanhantes terapêuticos para a inclusão de crianças com o Transtorno do Espectro Autista, seus processos, desafios e estratégias no contexto escolar. Em destaque, esse trabalho buscou esclarecer a importância dessas crianças serem inseridas no meio escolar acompanhadas de um profissional com conhecimento correto e específico. Este acompanhamento tem por finalidade trabalhar o desenvolvimento dessas crianças, seus processos de aprendizagem e construção da sua socialização (ACIOLI NETO; AMARANTE, 2013).

A educação inclusiva tem como objetivo eliminar a exclusão social, partindo da ideia de que a educação funciona como alicerce para a sociedade. Este conceito é uma política central aceita mundialmente, entretanto, sua definição difere não só entre países, mas também entre escolas diferentes no mesmo país (ZAKAI-MASHIACH, 2023). A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define educação inclusiva como uma prática que permite igualdade a todas as crianças de frequentar o ambiente escolar para desenvolver habilidades e aprendizados para a vida.

Segundo Bertazzo (2014), o acompanhante terapêutico desempenha um papel decisivo e fundamental como facilitador da socialização de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista, contribuindo para a apropriação do espaço público pelo sujeito

acompanhado e, através do suporte oferecido, busca otimizar e auxiliar na sua inclusão na sociedade e seu lugar como cidadão.

Visando abordar a problemática junto com a equipe multidisciplinar, o acompanhante terapêutico escolar é essencial para a mediação entre escola e a criança autista, oferecendo suporte especializado para o processo de desenvolvimento da aprendizagem. Sendo assim, o profissional atua em favorecimento à inclusão social e pedagógica desses indivíduos na instituição escolar (CLEMENTINO *et al.*, 2022). Visto que o tema da inclusão é de grande importância para a realidade da educação no Brasil, é necessário compreender como se dá o dia-a-dia das escolas.

Diante disso, o objetivo principal desta pesquisa foi identificar a importância do acompanhante terapêutico na inclusão de crianças autistas no contexto escolar, destacando a demanda da inclusão desses alunos. Identificar as necessidades dessas crianças, as suas limitações e habilidades nas escolas podem auxiliar em seu processo de desenvolvimento e socialização. Neste estudo analisou-se, de forma específica, (i) o processo de inclusão de crianças autistas no contexto escolar; (ii) os principais desafios do acompanhamento escolar no desenvolvimento e inclusão dessas crianças e (iii) o acompanhante terapêutico escolar como instrumento de integração.

Dessa maneira, foi realizada uma revisão da literatura sobre o acompanhamento terapêutico escolar na inclusão de crianças autistas, de forma a contribuir com a ampliação dos conhecimentos dos leitores sobre essa temática específica. As revisões buscam responder ao questionamento do que foi desenvolvido por outros pesquisadores sobre o tema escolhido, trazendo diversas contribuições para a identificação da relação existente entre as pesquisas citadas (DORSA, 2020).

Esperou-se produzir com este trabalho conhecimento sobre a função dos acompanhantes terapêuticos escolares e sua importância no desenvolvimento, socialização e na integração de crianças autistas. Paralelamente, pretendeu-se evidenciar que a prática inclusiva ainda enfrenta desafios e impasses, que precisam ser superados a partir de uma sensibilização de todos os atores envolvidos no processo quanto à relevância do acompanhamento escolar da criança atípica.

MATERIAL E MÉTODO

Este estudo trata-se de uma revisão da literatura do tipo narrativa. As revisões são publicações amplas com a função de discutir o desenvolvimento de um assunto sob pontos de vista diferentes. Esse tipo de estudo constitui basicamente da análise da literatura publicada em artigos científicos, livros, revistas impressas ou eletrônicas na interpretação e análise crítica do autor, como objetivo de permitir ao leitor uma atualização do seu conhecimento sobre um determinado tema (CORDEIRO *et al.*, 2007; VOSGERAU e ROMANOWSKI, 2014).

Para essa revisão, foi realizada uma busca por artigos, livros, dissertações e teses nas bases de dados Google Acadêmico, Portal de periódicos da CAPES e SciELO. As buscas ocorreram no mês de maio e outubro de 2023 pelos termos “acompanhamento terapêutico”, “escola” e “crianças autistas”. Para a busca bibliográfica, foram selecionados materiais a partir do ano de 2008 até o ano de 2023. Inicialmente, foram pesquisados documentos dos últimos 5 anos, porém, verificou-se pouco material sobre o tema. Dessa forma, o critério de inclusão foi estendido e definiu-se o período de publicação de 15 anos pela possibilidade de poder ser encontrado um maior número de artigos científicos sobre o tema, totalizando 36 artigos ao final da busca.

Após ser realizada a busca, foi feita uma análise criteriosa dos materiais encontrados, excluindo aqueles que não se adequaram à temática em estudo. Para a seleção dos trabalhos a serem submetidos à análise, foram adotados os seguintes critérios de inclusão: os artigos deveriam avaliar o papel do acompanhante terapêutico no processo de inclusão de autistas nas escolas, além de ressaltar a importância do psicólogo escolar e terem sido publicados a partir de 2008. Foram excluídos os trabalhos repetidos e os materiais literários que não tinham relação direta com o tema proposto pelo trabalho.

DESENVOLVIMENTO

A análise dos artigos selecionados visa destacar as práticas do acompanhante terapêutico com crianças, com foco na relação com a formação e atuação do Psicólogo. Isso se apresenta como uma área promissora de intervenção tanto para Psicólogos quanto para estudantes da área. Ao longo dos anos, as práticas do acompanhante terapêutico se expandiram, originando-se na reforma psiquiátrica com o intuito de eliminar a exclusão de indivíduos em sofrimento psíquico. No Brasil, as comunidades terapêuticas desempenham um papel crucial no desenvolvimento desse campo. Atualmente, o acompanhamento terapêutico pode ser realizado por profissionais de diferentes categorias, embora a maioria tenha graduação em Psicologia. Outras profissões também adotam o acompanhamento terapêutico, e diversas abordagens são utilizadas nessa prática (BOSSA, 2020).

No contexto escolar, há desafios em definir o papel do acompanhante terapêutico, com conflitos entre as abordagens pedagógicas e terapêuticas. A escola muitas vezes atribui a ele a tarefa de priorizar a escolarização, negligenciando a importância de promover interações sociais. No entanto, o profissional possui potencial para facilitar a inclusão e permanência na escola, não apenas na sala de aula, mas em todos os espaços escolares, contribuindo para o desenvolvimento das crianças e auxiliando os professores em momentos de crise (NASCIMENTO; SILVA; DAZZANI, 2015; CLEMENTINO; BRAGA; SILVA, 2023).

Em resumo, esta seção tem como objetivo analisar os textos selecionados na pesquisa, organizando as descobertas em tópicos, dentre os quais estão (i) as características do espectro autista em crianças, (ii) o processo de inclusão de crianças autistas nas escolas e (iii) a necessidade do acompanhamento terapêutico para o processo de inclusão. Essas categorias fornecem uma visão abrangente das descobertas da pesquisa, destacando a relevância do acompanhante terapêutico na inclusão escolar de crianças autistas.

As características do espectro autista em crianças

Dentre as crianças com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), encontram-se as com Transtorno do Espectro Autista (TEA), definido de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), que descreve como um grupo de transtornos do neurodesenvolvimento. As principais características deste transtorno são prejuízos na interação e comunicação social ao longo da vida, padrões de comportamento atípicos repetitivos ou estereotipados e dificuldade em reconhecer emoções (LORENZO *et al.*, 2022).

O Transtorno do Espectro Autista é caracterizado por déficits persistentes em dois domínios principais: comunicação social e interação social, e por padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades. Apesar disso, características

surtem em diversos níveis de severidade nos indivíduos com essetranstorno. Com isso, vem sendo usada ao longo dos anos a expressão “espectroautista”, para apontar esta diversidade nos quadros clínicos (AGRIPINO-RAMOS *et al.*, 2019). Esse trecho de Brites e Brites (2019) destaca a importância da percepção social e como o autismo impacta essa habilidade:

O autismo é um transtorno de desenvolvimento que afeta de maneira decisiva e predominante nossa capacidade de percepção social. A percepção social é uma propriedade do cérebro responsável por permitir que consigamos reconhecer, elaborar, antecipar, processar e responder de maneira adequada e harmoniosa a um contexto e/ou um contato social. Graças a essa habilidade, quando chegamos a uma reunião ou confraternização com outras pessoas, antecipamo-nos, preparando-nos para os assuntos que serão falados, escolhendo a roupa adequada, imaginando quem provavelmente estará lá, como nos portar, quais assuntos serão abordados. (BRITES; BRITES, 2019, p. 37)

As características do autismo são apresentadas nos primeiros anos de vida da criança, sendo fundamental o diagnóstico precocemente. O Transtorno do Espectro Autista aponta grandes prejuízos no desenvolvimento infantil e isso pode impactar a qualidade de vida e o meio familiar. Quanto mais cedo for a busca de intervenções qualificadas, maiores as chances da criança vir a se desenvolver de forma plena. Essas intervenções diminuem as dificuldades futuras utilizando avaliações interdisciplinares e estratégias individualizadas, que abrangem todo o contexto em que a criança e seu meio estão inseridos (COSSIO *et al.*, 2017).

Contanto, como os primeiros sinais e sintomas são apresentados nos dois primeiros anos de vida, os pais devem estar atentos às alterações no comportamento como (i) atraso do desenvolvimento motor e da linguagem; (ii) isolamento social; (iii) pouco contato visual; (iv) dificuldades em expressões faciais e (v) expressar emoções. Outras observações incluem como a criança se comporta quando há quebra da rotina, sensibilidade à luz, som, contato ou cheiros, não responder ao ser chamado, interesse maior em objetos do que pessoas, entre outros (BRITES; BRITES, 2019).

O estudo das características abrange atenção e demanda de tempo para que, de fato, seja identificado e permanecido como particularidades referentes ao Transtorno (BATISTA, 2020). Segundo Williams e Wright (2008) para estabelecer o diagnóstico, é importante ter certeza que a criança ou jovem apresenta problemas relacionados ao Transtorno do Espectro Autista (em inglês, *Autism Spectrum Disorder - ASD*):

Além de seus conhecimentos teóricos, a fim de fazer um diagnóstico, os especialistas concentram-se em fatores específicos, eles precisam ter certeza de que a criança ou jovem tem um conjunto de problemas essenciais associados à ASD. Os problemas essenciais são claros em todos os contextos, em casa e na escola ou no berçário. Os problemas essenciais são suficientemente graves. Não há outras explicações para as dificuldades. (WILLIAMS; WRIGHT, 2008, p.17)

Todo e qualquer diagnóstico deve estar totalmente embasado e confirmado, para que a gama das outras especialidades possa atuar na evolução do indivíduo com autismo. Algumas das características se assemelham e podem trazer dúvidas sobre outros transtornos, mas, com estudos exatos e com foco em mais de um exame, é possível identificar com clareza o que verdadeiramente pode ser (BATISTA, 2020).

O Autismo pode vir acompanhado de alguns quadros caracterizados por: obsessividade, estereotipias e ecolalia. Essas características fazem correlação nodia-

a-dia dos autistas, especificamente nos de maiores níveis de suporte, mas existem casos e casos. A obsessividade ocorre em pensamentos obsessivos e manias que têm o comportamento de repetição e compulsividade para lidar com os pensamentos. Muitas pessoas acabam confundindo a obsessividade com a estereotípiia, mas os dois são bem distintos. O Transtorno Obsessivo Compulsivo traz nas pessoas um desconforto por meio dos seus sintomas e quem sofresse transtorno quer se livrar dele. Ao contrário da estereotípiia, onde as pessoas sentem conforto, pois os movimentos repetitivos servem como autoregulação (CORDIOLI, 2014).

A estereotípiia vem com movimentos repetitivos da fala, postura ou até nos movimentos. Esses comportamentos ocorrem geralmente em situações que o indivíduo está imerso a estímulos e essas ações repetitivas ajudam a pessoa a se reorganizar (BARROS; FONTE, 2016).

A ecolalia é um distúrbio no desenvolvimento da fala, que acontece quando uma pessoa repete palavras ou frases ditas por outras pessoas ou por algum canal de comunicação. Geralmente essas repetições ocorrem na última palavra da frase, fazendo com que tenha a sensação de “eco” (SAAD; GOLDFELD, 2009).

Segundo Belisário Filho (2010), o Transtorno do Espectro Autista não é uma categoria unificada e apresenta-se de modo contínuo:

O Espectro Autista é um contínuo, não uma categoria única, e apresenta-se em diferentes graus. Há, nesse contínuo, os Transtornos Globais do Desenvolvimento e outros que não podem ser considerados como Autismo, ou outro TGD, mas que apresentam características no desenvolvimento correspondentes a traços presentes no autismo. São as crianças com Espectro Autista. (BELISÁRIO FILHO, 2010, p. 17).

Existem três níveis dentro do Transtorno do Espectro Autista e cada um possui características diferentes. O fator predominante para essa classificação é relacionado ao grau de comprometimento causado e em relação ao nível de dependência, podendo ser pouco ou total nível de dependência de outras pessoas e profissionais. A medida que uma intervenção é mais necessária, mais grave é o nível (EVÊNCIO *et al.*, 2019). Diante disso, o acompanhante terapêutico deve considerar o fato de que a criança autista está em processo de constituição e desenvolvimento e direcionar as intervenções por meio da observação da singularidade de cada uma delas (NASCIMENTO, 2015).

O processo de inclusão de crianças autistas nas escolas

Segundo Tavares, Santos e Freitas (2016), a partir do ano de 1950, as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) começaram a se espalhar pelo Brasil. Nessa época, se espalha a teoria de que a pessoa com deficiência pode aprender, e, dessa forma, ocorre uma mudança do modelomédico para um modelo educacional. A Constituição Federal de 1988 trouxe, em seu art. 208, III, a seguinte determinação:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I – [...]

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; [...]

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), n. 9394/96, de 20 de

dezembro de 1996, a educação especial se torna uma modalidade de educação escolar, oferecendo serviço de apoio especializado aos indivíduos com algum tipo de neuro divergência ou deficiência. Em seu capítulo V, a lei apresenta uma normatização para o acolhimento de pessoas com deficiências em escolas regulares e para sua integração na sociedade (TAVARES; SANTOS; FREITAS, 2016).

A Declaração de Salamanca, de 1994, foi um dos documentos que influenciou a elaboração da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Como forma de ampliar a discussão e a ideia de “educação para todos”, essa Declaração apresenta um esquema de ações que recomendam os encaminhamentos educativos com ênfase na educação inclusiva (BREITENBACH *et al.*, 2016). Pensar em uma escola inclusiva significa pensar em uma escola para cada um, ou seja, em uma escola em que cada aluno seja atendido de acordo com suas necessidades individuais e dificuldades, onde os profissionais utilizem os recursos e metodologias que proporcionem o seu aprendizado e desenvolvimento total (SILVA; CARVALHO, 2017).

Segundo Silva e Carvalho (2017), no trabalho de inclusão, é preciso envolver também a família como coparticipante no apoio ao aluno atípico, possibilitando assim um trabalho em conjunto da escola, família e profissionais. A parceria entre escola inclusiva e família é fundamental no processo de inclusão, afim de que se quebrem barreiras na participação e inclusão social das pessoas com necessidades educacionais especiais. No Brasil, a inclusão é garantida por leis e documentos, que defendem a criação e execução de políticas públicas para a formação de professores capacitados para a educação inclusiva, para que possamos diminuir os efeitos da exclusão e ensinar a todos das escolas, sem qualquer tipo de distinção entre os alunos (SILVA; CARVALHO, 2017).

A educação inclusiva é a modificação para uma sociedade inclusiva, um processo em que abrange a participação de todos os alunos nos ambientes de ensino regular. Refere-se a uma reorganização da cultura, da prática e das políticas experimentadas nas escolas, de forma que estas respondam à pluralidade dos alunos. É uma abordagem humanística, democrática, que vê o indivíduo e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos (NETO *et al.*, 2018). Essa educação defende a igualdade de ensino entre os indivíduos e propicia diversas mudanças nas diretrizes educacionais, a fim de conceder oportunidades justas e amplas a todos (CASTRO *et al.*, 2015).

O acesso a essa modalidade de educação tem de percorrer pela eliminação de qualquer discriminação, seja ela positiva ou negativa. No entanto, para tal, é necessário enfrentar etapas intermédias, muitas vezes bem discriminatórias. Deve-se arriscar no contexto e no grupo, como ponto de partida e ponto de chegada, sem deixar de fora nenhum dos seus recursos e aproveitando-os como elemento para estimular as aprendizagens sociais e educativas. Além disso, criar uma comunidade flexível que mude o seu funcionamento, de modo a trazer significado para cada um dos elementos que a formam, é essencial nesse contexto (SANCHES, 2011).

Nessa prática inclusiva, o foco da atenção é modificar a educação no acesso de cada um aos seus direitos: direito à educação e à igualdade de participação e de oportunidades. Também em associações educativas corresponsáveis e corresponsabilizantes, onde a escola é capaz de se desafiar para acolher e garantir o sucesso de todos os seus alunos, independentemente da sua cor, raça, etnia, dificuldade, situação de deficiência ou superdotação. E ainda, aqueles que não acham sentido ou consideram irrelevantes as aprendizagens que a escola lhes proporciona (SANCHES, 2011).

O foco principal é o de que a escola, fundamentada em valores como liberdade, tolerância, convivência, democracia, pluralidade, respeito, singularidade, solidariedade e equidade deve (SILVA *et al.*, 2017):

[...] acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas [...]. Deveria incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. (AMANCIO; RODRIGUES, 2020)

Frente às questões que cercam a inclusão escolar, é importante analisarse as crianças autistas recebem recursos adequados para enfrentar as dificuldades institucionais. O acompanhante terapêutico escolar de crianças autistas seria, então, um mediador, um recurso para estabelecer o processo de integração e dar suporte às crianças, desenvolvendo seus próprios recursos para estratégias de enfrentamento nesse processo.

Conforme foi destacado por Brites e Brites (2019):

Como descrito em outras partes deste livro, as pessoas com TEA apresentam várias restrições sensoriais, sensitivas e fóbicas, têm problemas em perceber informações que não estejam bem claras e diretas e se confundem com palavras e termos abstratos ou que tenham duplo sentido. As escolas e as instituições em geral devem, portanto, assumir meios de comunicação visuais e auditivos que facilitem o entendimento pela pessoa com TEA e se dedicar a construir prédios e constituir regras que aliviem e reduzam os estímulos e os incômodos paraesses pacientes. (BRITES; BRITES, 2019, p. 141)

Dessa forma, no acompanhamento escolar realizado com crianças autistas, é necessário considerar o fato de que a criança se encontra em processo de constituição e desenvolvimento. Portanto, as intervenções devem promover a sua constituição subjetiva. Durante a atuação do profissional, deve-se levar em consideração os resultados terapêuticos promovidos a partir de estratégias e intervenções inclusivas, construídas no meio educacional (NASCIMENTO *et al.*, 2015).

A necessidade do acompanhamento terapêutico para o processo de inclusão

Segundo Matos e Diniz (2014), o acompanhante terapêutico atua como um mediador entre a criança e os desafios que lhe são apresentados. Esta modalidade de atuação tem sido utilizada pelas escolas como estratégia para facilitar o processo de inclusão e permitir que, estar no ambiente escolar, não seja tão árduo para a criança. A partir do avanço das políticas de inclusão, surgem demandas nas escolas e existe a necessidade da inserção de profissionais para prestar apoio ao processo. Dessa forma, o acompanhante aparece como possibilidade de auxílio na escolarização de crianças com algum tipo de transtorno, trabalhando de forma colaborativa com outros profissionais (ENES, 2021).

O acompanhamento terapêutico ocorre no espaço privado e no público, o que inclui as questões referentes à exposição, aos pensamentos e à diferença. Isso é necessário não para uma adaptação imitativa, mas para que a criança possa se situar dentro das normas da convivência social, de acordo com suas capacidades, como um resultado de inscrição representativa que lhe permita ser sujeito na cena. Dessa maneira, Nascimento (2016) aponta como função do acompanhamento terapêutico:

[...] abrir ao paciente uma brecha desde a qual não fique condenado ao anonimato de quem sempre é levado e carregado por outros e conte, no cotidiano, com o suporte necessário para que — a partir do que vai se formulando enquanto desejo — possa exercer algum protagonismo no seu modo de circulação e inclusão social. (NASCIMENTO, 2016, p. 178)

É importante ressaltar que há diversas maneiras de realizar tal atuação, não sendo específica de uma só área ou abordagem. Profissionais de outras áreas, como Pedagogia, Fisioterapia e Educação Física têm atuado como acompanhantes, com idéias teóricas e metodológicas diferentes entre si. Isso significa que o foco e as intervenções podem assumir características bem distintas, de acordo com o profissional que atua e com a sua atual abordagem teórica e interventiva (NASCIMENTO *et al.*, 2015).

Quando se refere à inclusão de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista, o processo de inclusão escolar há de ser ainda mais complicado. Isso acontece pelo fato de que o engajamento na comunicação, interação social e a presença de padrões restritivos e repetitivos de comportamento podem gerar prejuízos no resultado do aluno na sala de aula regular, caso não haja um bom direcionamento. O fato de o autismo ser um transtorno neurobiológico tão complexo pode ser um fator de obstáculo à entrada de indivíduos com esse diagnóstico nas escolas (GOMES; MENDES, 2010).

Esse trecho de Brites e Brites (2019) aborda a preferência por objetos no autismo e demonstra algumas das complexidades presentes no transtorno:

A preferência por objetos é algo marcante no autismo, pois esses pacientes costumam deixar o sujeito, a pessoa, o humano de lado numa interação e direcionar toda a atenção para objetos à sua volta. No consultório, isso é evidente quando, ao se tentar chamar sua atenção, eles simplesmente ignora, enquanto fica manipulando os brinquedos da sala. O mesmo ocorre na escola, onde os professores relatam a tendência ao isolamento exatamente porque a criança prefere interagir somente com os brinquedos, peças ou instrumentos da sala de aula. (BRITES; BRITES, 2019, p. 73)

Por conta dessas dificuldades, o acompanhante escolar se torna cada vez mais uma peça fundamental no dia-a-dia de crianças atípicas, tendo em vista que o profissional irá avaliar os meios de ensino e aprendizagem utilizando-se de métodos e ferramentas relacionado ao seu posto, com o objetivo de educar a todos de forma igualitária, trabalhando não apenas com a criança autista, mas também com sua rede familiar e a comunidade escolar em que ele está inserido (LEITE, 2020).

Segundo Enes (2021), o acompanhante terapêutico cria condições para que a criança participe das situações do ambiente escolar e se beneficie do processo educativo que se faz presente nas relações sociais. O profissional pode contribuir tanto no âmbito social, quanto na esfera psicológica do indivíduo, apresentando-se à ela como uma figura ativa, oferecendo uma referência, acolhendo, operando como tradutor da ambiência e criando sentido para situações vivenciadas. Ainda segundo a autora, o acompanhante terapêutico cria novos sentidos para situações cotidianas que até então se encontravam fora do alcance de envolvimento da criança autista, levando em consideração as particularidades do transtorno (ENES, 2021).

Nos dias atuais ainda existe muito preconceito e discriminação com pessoas que possuem algum transtorno, além da falta de conhecimento do assunto, como é o caso do autismo. Assim, é dever do acompanhante terapêutico e da comunidade escolar

modificar essa situação, de modo a proporcionar a inclusão do aluno e quebrar os padrões do preconceito. Com isso, é importante que o meio escolar se enquadre ao aluno autista e não o contrário, começando por adequar a grade escolar à demanda desse aluno (DE ALMEIDA, 2022).

No entanto, ao tratar da inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista, não cabe apenas o inserir em uma escola de classe regular e esperar que ele vá adequar seu comportamento ao das demais pessoas e imitá-las, o que seria o comportamento mais comum. Vários autistas demoram mais para terem consciência de si mesmos enquanto sujeitos, já outros podem vir a nunca desenvolver essa consciência (REZENDE; SOUZA, 2021).

Apesar de ser um grande avanço a presença das crianças com autismo em escolas regulares, isso não é garantia de aprendizado. É necessário o acompanhamento de profissionais especializados e com formação adequada na área, que obtêm as ferramentas e estratégias de ensino adequados para a pessoa dentro do espectro, para que se tenha sucesso no processo de inclusão (DE ALMEIDA, 2022).

O acompanhante terapêutico influencia de maneira direta as ações da criança, especialmente quando há a presença de comportamentos disruptivos e atitudes socialmente pouco produtivas ou inadequadas. Vale destacar que o acompanhante terapêutico trabalha atuando com intervenções diretivas, reforço, instalação de comportamentos funcionais, manejo de comportamentos interferentes, flexibilização, consolidação de rotinas, auxílio no processo de interação social e no desenvolvimento cognitivo (CLEMENTINO *et al.*, 2022).

CONCLUSÃO

Este estudo realizou uma revisão de literatura sobre o acompanhamento terapêutico escolar e sua relação com a inclusão de crianças autistas, o que satisfaz o objetivo proposto de identificar a importância do acompanhante terapêutico na inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista no contexto escolar, destacando a demanda da inclusão desses alunos. As informações foram analisadas a partir de uma revisão da literatura com base em materiais bibliográficos publicados nos últimos 15 anos sobre o tema.

Os principais resultados obtidos nos materiais literários de Belisário Filho (2010) e Evêncio *et al.* (2019) evidenciam que o autismo não é uma categoria unificada, e sim, apresenta-se de modo contínuo. Os níveis de suporte do espectro podem diversificar e dar novos rumos ao indivíduo atípico. Levando em consideração que o autismo é um transtorno complexo e abrangente, o processo de inclusão escolar pode ser mais complicado. As dificuldades na comunicação, interação social e os padrões restritivos e repetitivos de comportamento podem gerar prejuízos no resultado do aluno na sala de aula, caso não haja acompanhamento e intervenções feitas por um profissional especializado na área.

Outra descoberta significativa enfatiza a ampla consciência da necessidade de um acompanhamento diário para crianças atípicas nas escolas, onde o profissional desempenha o papel de mediador entre o indivíduo, o ambiente circundante e suas interações. Essas conclusões estão alinhadas com os resultados de Silva & Carvalho (2017), bem como com as descobertas de Neto *et al.* (2015), pois ambos sustentam que a educação inclusiva necessita de acesso universal, garantindo uma abordagem adaptativa e inclusiva. Nesse contexto, entende-se que os professores devem ser capacitados para oferecer suporte às demandas que possam surgir, além de aplicar estratégias inclusivas de forma que garanta a oportunidade de um atendimento

exclusivo e adequado às necessidades desses alunos.

Diante disso, é crucial destacar que o ambiente escolar deve se adaptar à inclusão dos alunos autistas, em vez de esperar o contrário. Isso inclui a adaptação da grade curricular para atender às necessidades individuais de cada criança e também promover a conscientização entre os demais alunos, quebrando estereótipos e preconceitos. Conforme Clementino (2022), o acompanhamento terapêutico tem papel definidor no tratamento individualizado, permitindo que os acompanhantes terapêuticos atuem diretamente com as peculiaridades e necessidades da criança acompanhada, atuando com intervenções diretas, reforço, instalação de comportamentos funcionais, entre outros. Com isso, conclui-se que o acompanhamento terapêutico escolar desempenha um papel crucial na inclusão de crianças autistas no contexto escolar, possibilitando que essas crianças tenham igualdade de oportunidades e suporte necessário para alcançar seu pleno potencial.

REFERÊNCIAS

ACIOLI NETO, M. L.; AMARANTE, P. D. C. O acompanhamento terapêutico como estratégia de cuidado na atenção psicossocial. **Psicologia: Ciência e profissão**, v.33, p. 964-975, 2013.

AGRIPINO-RAMOS, C. S.; LEMOS, E. L. M. D.; SALOMÃO, N. M. R. Vivências escolares e transtorno do espectro autista: o que dizem as crianças? **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, p. 453-468, 2019.

AMANCIO, M. N.; RODRIGUES, T. D. Educação inclusiva e a instituição disciplinar escola: uma discussão pertinente. **Docência, diversidade e inclusão**, p. 87, 2020.

BARROS, I. B. R.; FONTE, R. F. L. Estereotípias motoras e linguagem: aspectos multimodais da negação no autismo. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 16, p. 745-763, 2016.

BATISTA, A. C. A. O processo de inclusão da criança com transtorno do espectro autista no ensino regular. **Revista Científica Cognitionis**, v. 3, n. 1, p. 1-10, 2020.

BELISÁRIO FILHO, J.F; CUNHA, P. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: **Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial**; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. V.9 (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar). Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/43219>. Acesso em: 17out. 2023.

BERTAZZO, J. B. Acompanhamento escolar e Transtornos do Espectro doAutismo. **X ANPED SUL Florianópolis**. p. 804-0, 2014.

BOSSA, N. **A psicopedagogia no Brasil**. Editora Wak, 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 nov. 2023.

BREITENBACH, F. V.; HONNEF, C.; COSTAS, F. A. T.. Educação inclusiva: as implicações das traduções e das interpretações da Declaração de Salamanca no Brasil. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 24, n. 91, p. 359–379, 2016.

BRITES, L.; BRITES, C. **Mentes únicas: Aprenda como descobrir, entender e estimular uma pessoa com autismo e desenvolva suas habilidades impulsionando seu potencial**.

Editora Gente Liv e Edit Ltd, 2019.

CASTRO, H. C.; COUTINHO, L.; NERI, E. C.; MARIANI, R.; DELOU, C. M. Ensino Inclusivo: um breve olhar sobre a educação inclusiva, a cegueira, os recursos didáticos e a área de biologia. **Revista Práxis**, v. 7, n. 13, 2015.

CLEMENTINO, V. E. S.; BRAGA, D. S.; DA SILVA, A. L. A criança autista e o acompanhamento terapêutico escolar: relato de experiência. **Rein-Revista Educação Inclusiva**, v. 7, n. 2, p. 1-15, 2022.

CORDIOLI, A. V. **TOC: Manual de terapia cognitivo-comportamental para transtorno obsessivo-compulsivo**. Artmed Editora, 2014.

CORDEIRO, A. M.; OLIVEIRA, G. M. D.; RENTERÍA, J. M.; GUIMARÃES, C. A. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgões**, v. 34, n. 6, p. 428-431, 2007.

COSSIO, A. P.; PEREIRA, A. P. S.; RODRIGUEZ, R. C. C. Benefícios e nível de participação na intervenção precoce: perspectivas de mães de crianças com perturbação do espectro do autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 23, p. 505-516, 2017.

DE ALMEIDA, D. C. A importância do psicólogo na inclusão escolar do autista. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15, n. 4, p. 10180-10180, 2022.

DORSA, A. C. O papel da revisão da literatura na escrita de artigos científicos. **Interações (Campo Grande)**, v. 21, n. 4, p. 681-683, jul. 2020.

ENES, E. N. S. Acompanhante terapêutico de uma criança com TEA: relato de uma prática. *In: ANAIS DO XV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE*, 2021. **Anais do XV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**, p. 6-18, 2021.

GOMES, C. G.; MENDES, E. G. Escolarização inclusiva de alunos com autismo na rede municipal de ensino de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 16, n. 3, p. 375-396, 2010.

EVÊNCIO, K. M. M.; MENEZES, H. C. S.; FERNANDES, G. P. Transtorno do Espectro do Autismo: Considerações sobre o diagnóstico / Autism Spectrum Disorder: Diagnostic Considerations. **Revista de psicologia**, [S.l.], v. 13, n. 47, p. 234-251, 2019.

LEITE, N. P. Educação inclusiva: desafio e concepções. **Revista Artigos.Com**, v. 21, p. 4643-4643, 2020.

LORENZO, G. Analysis of trends in the application of augmented reality in students with ASD: Intellectual, social and conceptual structure of scientific production through WOS and scopus. **Technology, Knowledge and Learning**, p. 1-22, 2022.

MATOS, A.; DINIZ, A. Acompanhamento terapêutico e educação inclusiva: a voz dos ATs. **Formação de professores e cultura inclusiva**, siteat.net, 2014. Disponível em: <https://siteat.net/acompanhamento-terapeutico-e-educacao-inclusiva-voz-das-acompanhantes-terapeuticas/>. Acesso em: 24. out. 2023.

NASCIMENTO, V. G. **O acompanhamento terapêutico escolar no processo de inclusão de uma criança autista**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

NASCIMENTO, V. G.; SILVA, A. S. P.; DAZZANI, M. V. M. Acompanhamento terapêutico escolar e autismo: caminhos para a emergência do sujeito. **Estilos daClínica**, v. 20, n. 3, p. 520-534, 2015.

NETO, A. O. S.; ÁVILA, É. G.; SALE, T. R. R.; AMORIM, S. S.; NUNES, A. K.; SANTOS, V. M. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista EducaçãoEspecial**, v. 31, n. 60, p. 81-92, 2018.

REZENDE, L. F. **O trabalho pedagógico e a inclusão escolar para crianças com transtorno do espectro do autismo (TEA)**. Monografia (Pós- Graduação Lato Sensu em Formação de Professores e Práticas Educativas) - Instituto Federalde Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Rio Verde, 2021.

SAAD, A. G. F.; GOLDFELD, M. A ecolalia no desenvolvimento da linguagem de pessoas autistas: uma revisão bibliográfica. **Pró-Fono Revista de Atualização Científica**, v. 21, p. 255-260, 2009.

SANCHES, I. Do 'aprender para fazer' ao 'aprender fazendo': as práticas de Educação inclusiva na escola. **Revista Lusófona de Educação**, v. 19, n. 19, 2011.

SILVA, M. C; PEDRO, V. D. C. Educação inclusiva. **A escola**, v. 3, 2017.

SILVA, N. C.; CARVALHO, B. G. E. Compreendendo o processo de inclusão escolar no Brasil na perspectiva dos professores: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de educação especial**, v. 23, p. 293-308, 2017.

TAVARES, L. M. F. L.; SANTOS, L. M. M. DOS .; FREITAS, M. N. C.. A Educação Inclusiva: um Estudo sobre a Formação Docente. **Revista Brasileira deEducação Especial**, v. 22, n. 4, p. 527–542, 2016.

UNESCO, A. **A guide for ensuring inclusion and equity in education**. Geneva:UNESCO IBE. Paris: Unesco. v. 2482, p. 54, 2017. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000248254?posInSet=1&queryId=65f8f2ee-0c43-4be1-8b29-4482e67e3638>. Acesso em: 05 mai. 2023.

VOSGERAU, R.; DILMEIRE, S; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, v. 14, p.165-190, 2014.

WILLIAMS, C.; WRIGHT, B. **Convivendo com autismo e síndrome de asperger: estratégias práticas para os pais e profissionais**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2008.

ZAKAI–MASHIACH, M. " It is like you are in a golden cage": How autistic student experience special education classrooms in general high schools. **Research in Developmental Disabilities**, v. 134, p. 104419, 2023.